



**AVISO DE DISPENSA**

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DIRETA Nº 004/2024**

**ART. 75, II DA LEI FEDERAL 14.133/2021**

A Câmara Municipal de Conceição de Macabu, através da Comissão Permanente de Licitações, através do Art. 18, VIII da Lei Municipal nº 1772/2022, torna público, que ficará disponível nos 03 (três) dias úteis a partir da publicação, para o envio dos Documentos de Habilitação e Proposta até as 17h00min do 3º (terceiro) dia útil, através do E-mail: [licitacao@conceicaodemacabu.rj.leg.br](mailto:licitacao@conceicaodemacabu.rj.leg.br), de acordo com as Leis em vigência. O Termo de Referência, seus anexos e demais informações estarão disponíveis para download no seguinte site [www.conceicaodemacabu.rj.leg.br](http://www.conceicaodemacabu.rj.leg.br). Tel. contato (22) 2779-2047 ramal 210.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de buffet e decoração para a realização da Sessão Solene em comemoração ao aniversário de emancipação político-administrativa de Conceição de Macabu, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Conceição de Macabu-RJ, 05 de março de 2024.

Wilson Lourenço da Silva  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Nathalia Silveira Braga  
Presidente  
Nathalia Silveira Braga  
Presidente da Câmara  
Biênio 2023/2024



## TERMO DE REFERÊNCIA

### DISPENSA DIRETA Nº 004/2024 EXCLUSIVO: EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

#### 1. OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de buffet e decoração para a realização da Sessão Solene em comemoração ao aniversário de emancipação político-administrativa de Conceição de Macabu, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

#### 2. CONTRATAÇÃO por dispensa de licitação ART. 75, II da Lei 14.133/2021

- 2.1. A contratação será por meio de dispensa de licitação ART. 75, II da Lei 14.133/2021.
- 2.2. O tipo de contratação é o menor preço global.
- 2.3. A adjudicação será global.
- 2.4. Justifica-se a adjudicação global pela necessidade de padronização nos itens.

#### 3. JUSTIFICATIVA

3.1. A Contratação de empresa para prestação de serviços de buffet e decoração se faz necessária em virtude da realização da Sessão Solene em comemoração aniversário de emancipação político-administrativa de Conceição de Macabu em 15 de março.

3.2. Nesse sentido, a contratação de uma empresa especializada é necessária, visto que a Câmara Municipal de Conceição de Macabu não dispõe de cerimonial, material e pessoal necessário para tal serviço.

#### 4. VALOR TOTAL ESTIMADO

4.1. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 29.862,00 (vinte e nove mil, oitocentos e sessenta e dois reais).

#### 5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

<b>Unidade Orçamentária</b>	001 – CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU
<b>Função</b>	01 – LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

📍 Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000

✉ camara@concelcaodemacabu.rj.leg.br

☎ (22) 2779-2047

🌐 <https://www.concelcaodemacabu.rj.leg.br/>

Mary Jean  
Secretaria Geral  
Portaria 03/2023





<b>Ficha</b>	10 – SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
<b>Sub função</b>	031 – AÇÃO LEGISLATIVA
<b>Programa</b>	0001 – APOIO ADMINISTRATIVO
<b>Projeto/Ative</b>	2.806 – MAN. DAS ATIVIDADES DA CÂMARA
<b>Conta</b>	3.3.90.39.00 – SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
<b>Fonte</b>	1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS A IMPOSTOS

## 6. DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES ESTIMADAS

LOTE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
01	Serviço de decoração e Buffet para 300 pessoas	Serv.	1

6.1. O serviço especificado neste pedido foi estimado para uma única vez.

## 7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

7.1. Neste item estão apresentadas as descrições tanto dos materiais, quanto da mão de obra, considerando todo o ciclo de vida do objeto, a saber, locação de materiais e mão de obra.

7.2. Fica facultada às interessadas, a visita técnica nas dependências onde será realizada a solenidade, com a finalidade de tomar pleno conhecimento das condições técnicas, do grau de dificuldades dos trabalhos e dos demais aspectos que possam influir diretamente na elaboração da proposta, e futuramente na execução do objeto do presente Termo de Referência.

7.2.1. O dia e horário da visita deverá ser agendado com a Secretaria Geral, através do Tel. (22) 2779-2047, RAMAL: 201, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. A última visita técnica ocorrerá até o último dia útil anterior à data final para apresentação de proposta e poderá ser realizada por qualquer profissional devidamente habilitado da empresa.

Lote	Itens	Descrição	Unid.	Quant.
01	01	Aparador de 1,20 mts de largura, cor dourada envelhecida para entrada da solenidade	Unid.	2
	02	Tecido brocados da cor azul para a bancada dos vereadores	Mt.	30
	03	Tapete de 3x3 mts peludo cor bege para decoração	Unid.	2
	04	Carpete vermelho para decoração da entrada do auditório a mesa solene	Mt.	80
	05	Arranjos de flores tamanho grande (Rosas, Astromélia, Lírios e flores do campo) para decoração da solenidade.	Unid.	4



06	Vasos para flores da cor dourada para decoração estilo XV em envelhecido	Unid.	4
07	Arranjos para mesa de Cerimônia dos vereadores 5 metros de comprimentos	Unid.	1
08	Banner 2x2 com da Câmara Municipal de Conceição de Macabu. Para Entrega do Títulos	Unid.	1
09	Decorador	SERVIÇO	1
10	<b>4000 (quatro mil)</b> - Salgados (fritos e assados) - Quibe, coxinha, bolinha de queijo, bolinho de carne seca, rissole de frango, rissole de carne, bolinho de bacalhau e pastel de forno de frango (unidades de 35g cada). <b>450 (quatrocentos e cinquenta)</b> – Mini porção: escalopinho de mignon ao molho madeira, arroz a piemonteses e batatas noszetts. Bebida 45 Fardos com 12. Água mineral 510 ml 30 Pacotes com 06 Litros de Refrigerante pet 2 l Material Guardanapos Bandeja Fritadeiras Copos de vidro bistrô Todo Material de apoio.	Pessoas	300
11	Garçons	SERVIÇO	5
12	Cozinheiras	SERVIÇO	3
13	Copeiras	SERVIÇO	2

## 8. PRAZO DE EXECUÇÃO

8.1 O prazo de vigência para o serviço do objeto contratado será de até 05 (cinco) horas, com 01(uma) hora de antecedência ao início do evento para preparação e 04 (quatro) horas de serviço ininterrupto.

8.2 A Nota de Empenho será emitida até 05 (cinco) dias antes da realização do evento.

## 9. CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

9.1 Não se aplica por se tratar de um único fornecimento/serviço.

Mary Jeanne A. Carneiro  
Secretaria Geral  
Portaria 09/2023





## 10. RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos nos prazos previstos nos mesmos.

10.2. Serão recebidos provisoriamente pelo(s) responsável(s) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, mediante Termo de Recebimento Provisório, no prazo de 05 (cinco) dias.

10.3. Serão recebidos definitivamente após a verificação de conformidade e consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de 05 (cinco) dias.

10.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão efetuados pela Câmara Municipal de Conceição de Macabu, em moeda corrente nacional, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e comprovação de regularidade fiscal junto ao INSS e ao FGTS.

11.2. Não será admitida pela Contratada a extinção do contrato ou a sua suspensão em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o a mesma tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído, conforme inciso I, parágrafo 3º do art. 137 da Lei 14.133/2021.

11.3. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de multa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

11.4. A Contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a Contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Realizar o serviço, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela Lei Federal de Licitações.

b) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação direta.





- c) Responsabilizar-se, exclusivamente por quaisquer ônus, direito e obrigações, vinculadas à legislação tributária, trabalhista, segurança e medicina do trabalho, previdenciária ou comercial, decorrente da contratação.
- d) Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto deste contrato.
- e) Executar o contrato através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo o Contratante exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar o Contratante por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.
- f) Responder perante o Contratante por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento ora contratado, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando ao Contratante o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.
- g) Facilitar e permitir ao Contratante, a qualquer momento, a realização de auditoria produtos, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade ao Contratante, e esclarecer prontamente as questões relativas à execução do contrato, quando solicitada.
- h) Não utilizar o nome da Câmara Municipal de Conceição de Macabu em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.
- i) Não se pronunciar em nome da Câmara Municipal de Conceição de Macabu a órgãos da imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.
- j) Comunicar ao Contratante, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.
- k) Comunicar ao Contratante, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).
- l) Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do fornecimento a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.
- m) Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providencias necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.





n) Apresentar ao Contratante, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

o) Assumir total responsabilidade pelos produto que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens a Câmara e do Contratante, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato a Câmara e ao Contratante o valor do prejuízo acarretado.

p) Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os produto considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério de o Contratante aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

q) Requerer a exclusão da Câmara de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

r) Obter as Licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

s) A Câmara não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

### 12.1 OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) A arrumação e decoração das mesas onde se encontrarão dispostos os alimentos deverão ser realizados pelo *buffet* com aprovação prévia do Gestor do Contrato.

b) Qualquer dano ou extravio de talheres, louças, bandejas, copos e demais louças será de responsabilidade da Contratada.

c) Todo material para uso da limpeza da louça utilizada nos eventos deverá ser fornecido pela Contratada.

d) Os produtos solicitados deverão ser de boa qualidade e conter etiqueta constando nome do produto, data de validade legível e o peso.

e) Os produtos requisitados não poderão ser expostos a intempéries da natureza, tais como chuva, sol ou calor excessivo.

f) Os produtos solicitados deverão ser acondicionados em embalagens /ou recipientes limpos e apropriados (alumínio, cartonado, isopor ou caixas de polietileno).

g) As caixas para transporte dos produtos deverão ser térmicas nos casos em que os gêneros requisitados necessitem de ambiente apropriado para conservação.

h) O servidor responsável pelo recebimento dos produtos examinará a qualidade e as quantidades dos produtos com base na Ordem de Serviços.





i) Os profissionais prestadores de serviço, deverão estar uniformizados, sendo obrigatório o uso de uniformes social para equipe de apoio.

### 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização da Contratante de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.

b) Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

c) O Contratante se reserva o direito de solicitar os produtos ora contratado, na sua totalidade ou parcialmente, de acordo com a sua necessidade e conveniência.

d) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos materiais efetivamente entregues e faturados, nas condições estabelecidas no contrato.

### 14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021.

14.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

14.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio dos documentos enviados através do e-mail: [licitacao@conceicaodemacabu.rj.leg.br](mailto:licitacao@conceicaodemacabu.rj.leg.br)





14.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

14.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

14.12.1. A documentação relativa à capacidade jurídica consistirá em:

14.12.1.1. Cédula de Identidade, ou;

14.12.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

14.12.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

14.12.1.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício, ou;

14.12.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **14.12.2. A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em:**

14.12.2.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica expedidos por entidades da Administração Pública ou Pessoa Jurídica de Direito Privado para os quais esteja ou tenha fornecido e/ou comercializado produtos iguais e/ou semelhantes ao objeto deste Termo de Referência, e que comprovem o desempenho satisfatório do fornecimento. Não será obrigatória a comprovação de características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, evitando assim restringir o caráter competitivo.

#### **14.12.3. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:**

14.12.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica. Não será causa de inabilitação do fornecedor a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação de recuperação





extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente;

14.12.3.1.1. Para os fornecedores sediados na cidade de Conceição de Macabu, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição.

14.12.3.1.2. Os fornecedores sediados em outras Comarcas ou Estados deverão apresentar, juntamente com as Certidões exigidas, declaração passada pela autoridade judiciária de sua Comarca, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de Falências e Recuperação Judicial, ou de execução patrimonial, dispensadas, nos casos que a própria Certidão de Falência e Recuperação Judicial ou de execução patrimonial conste como Cartório Único de Distribuição daquela Comarca.

14.12.3.1.3. As Certidões Negativas de Falência ou Recuperação Judicial emitidas pelo Tribunal de Justiça do Estado sede do fornecedor que tenham abrangência de todos os Cartórios ou Ofícios, ficam dispensadas as comprovações por meio da Declaração na forma do subitem 14.12.3.1.2 do Termo de Referência.

#### **14.12.4. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista consistirá em:**

14.12.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF;

14.12.4.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor;

14.12.4.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, consistente na apresentação da certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa relativa a tributos e contribuições federais, dívida ativa da União e regularidade com as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751, de 02/10/2014;

14.12.4.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, inclusive Dívida Ativa, relativos aos tributos de ICMS, da sede do fornecedor;

14.12.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor.

14.12.4.5.1. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá constar regularidade com ISS e Taxas.

14.12.4.5.2. Para as empresas com sede no Município de Conceição de Macabu, a regularidade com a Fazenda Municipal será realizada através da apresentação das Certidões de Tributos Mobiliária (ISS e Taxas).

14.12.4.6. Prova de Regularidade (CRF) com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS;





14.12.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e de acordo com a Lei Federal n.º 12.440/2011.

14.12.4.8. As provas de inscrição previstas no subitem 14.12.4 poderão ser confirmadas através das apresentações das Certidões Negativas e/ou Positivas com efeitos de Negativa previstas nos subitens 14.12.4.3, 14.12.4.4, 14.12.4.5, 14.12.4.7.

#### 14.12.5 – Documentos Complementares

14.12.5.1 – Declaração formal assinada pelo representante legal do fornecedor em cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, na forma que dispõe o art. 10 do Decreto nº 18345 e seu anexo, **conforme modelo de Declaração da Câmara - ANEXO I.**

### 15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

15.1. Caberá ao Gestor do Contrato, designado na Portaria 003/2023, de 03 de janeiro de 2023, o acompanhamento da execução da contratação, inclusive suas prorrogações e aditamentos, quando for o caso, objetivando a verificação e controle de valores e quantitativos, cumprimento de metas e dos prazos legais e convencionais, bem como de outros elementos necessários à boa execução da contratação.

- Mary Jeanny Arraiol Carvalho, Secretária Geral.

15.2. Caberá à Comissão de Fiscalização, formada pelos servidores abaixo indicados, a fiscalização da contratação, ficando responsáveis pelo recebimento, devendo acompanhar e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de falhas e/ou defeitos observados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato:

Ana Aparecida Neves França Couto Mat.: 018/C Recepcionista	
Vera Lúcia Buzzi Donato Sancho Mat.: 021/C Auxiliar de Serviços Gerais	FÉRIAS
Maiara dos Santos de Souza Port.: 002/2023 Assessora da Presidência	
Pablo Madureira Pereira Mat.: 051/C Chefe do Setor de Serviços Gerais	

### 16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A participante que ensejar o retardamento da execução do procedimento, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo idôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio da citação e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois)





anos, enquanto perdurarem os motivos de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores da Administração, e no caso de suspensão do direito de participação em licitações, o contratado deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no termo de referência e no contrato e das demais combinações legais.

16.3. Pelo inadimplemento de qualquer condição ou cláusula ou pela inexecução total ou parcial do mesmo, por infração dos preceitos legais ou fraude, por qualquer meio, da presente contratação, o contratado ficará sujeito a uma ou mais das seguintes penalidades, a juízo do Contratante, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa:

a) advertência por escrito;

b) multa de 1% (um por cento) ano dia, sobre o valor total ou parte do fornecimento e/ou serviço, comprovado e atestado que não foi fornecido e/ou prestado os produtos e/ou serviços adjudicados, fornecidos e/ou prestado com atraso, ou insatisfatoriamente, causando atraso no andamento das atividades da Câmara Municipal de Conceição de Macabu, até o limite de 30% (trinta por cento) quando não se comprove motivo de força maior ou caso fortuito impeditivos do cumprimento da obrigação assumida, dentro do prazo estabelecido;

c) suspensão temporária, por um prazo não superior a 03 (três) anos, de participar em procedimento licitatório e impedimento de contratar com a Administração, sem prejuízos de outras sanções cabíveis;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo mínimo a 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

16.4. A aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência e na Lei Federal nº 14.133/2021 e posteriores alterações, não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

16.5. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração Municipal ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16.6. Além das multas que serão aplicadas a inadimplentes, as irregularidades mencionadas nos itens anteriores serão anotadas nas suas respectivas fichas cadastrais.

16.7. As multas são independentes e as aplicações de uma não excluem a aplicação das outras.

## 17. DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Não será exigida a garantia contratual, pois o objeto não é de grande complexidade.

*Mary Jeanny A. Cardoso*  
Secretaria Geral  
Portaria 03/2023






## 18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

18.1. Este Termo de Referência é parte integrante e complementar às cláusulas e condições previstas nos instrumentos constantes do processo administrativo nº 104/2024, vinculando os agentes públicos e aos participantes deste procedimento, para todos os fins.

18.2. Fica vinculada à proposta do contratado vencedor a este Termo de Referência;


Conceição de Macabu/RJ, 05 de março de 2024.

Elaborado por

  
Mary Jeanny Arraiol Carvalho  
Secretária Geral  
Port. Nº 003/2023

Mary Jeanny A. Carvalho  
Secretária Geral  
Portaria 03/2023

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, **APROVO** o presente Termo de Referência.

  
Nathalia Silveira Braga  
Presidente

Nathalia Silveira Braga  
Presidente da Câmara

### ANEXOS:

I – DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

II – PROPOSTA

III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA - FACULTATIVA

IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA



**ANEXO I**  
**DECLARAÇÃO RELATIVA À TRABALHO COM MENORES**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) \_\_\_\_\_, o (a) portador (a) da Carteira de identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, interessada em participar da Dispensa de Licitação n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, da Câmara Municipal de Conceição de Macabu, **DECLARA** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei n.º 9.954, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome da Empresa  
Responsável legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**Obs.: Favor preencher em papel timbrado do fornecedor, com assinatura do responsável legal e/ou representante legal da contratada.**

  
Mary Jeanny A. Carvalho  
Secretária Geral  
Portaria nº 12/2023





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU  
PODER LEGISLATIVO

DISPENSA DIRETA ART. 75, II DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 Nº 004/2024

EXCLUSIVO: EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

ANEXO II

PLANILHA DE PREÇOS

Lote	Item	Descrição Completa do Material/Serviço/Obra	QTD	UND	Critério de Aceitabilidade		PROPOSTA		
					Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Marca
	1	Aparador de 1,20 mts de largura, cor dourada envelhecida para entrada da solenidade	2	Unid	R\$ -	R\$ -			
	2	Tecido brocados da cor azul para a bancada dos vereadores	30	Metro	R\$ -	R\$ -			
	3	Tapete de 3x3 mts peludo cor bege para decoração	2	Unid	R\$ -	R\$ -			
	4	Carpete vermelho para decoração da entrada do auditório a mesa solene	80	Metro	R\$ -	R\$ -			
	5	Arranjos de flores tamanho grande (Rosas, Astromélia, Lírios e flores do campo) para decoração da solenidade.	4	Unid	R\$ -	R\$ -			
	6	Vasos para flores da cor dourada para decoração estilo XV em envelhecido	4	Unid	R\$ -	R\$ -			
	7	Arranjos para mesa de Cerimônia dos vereadores 5 metros de comprimento	1	Unid	R\$ -	R\$ -			
	8	Banner 2x2 com da Câmara Municipal de Conceição de Macabu. Para Entrega do Títulos	1	Unid	R\$ -	R\$ -			
	9	Decorador	1	Serviço	R\$ -	R\$ -			
1	10	4000 (quatro mil) - Salgados (fritos e assados) - Quibe, coxinha, bolinha de queijo, bolinho de carne seca, rissole de frango, rissole de carne, bolinho de bacalhau e pastel de forno de frango (unidades de 35g cada). 450 (quatrocentos e cinquenta) - Mini porção: escalopinho de mignon ao molho madeira, arroz a piemonteses e batatas noszets. Bebida: 45 Fardos com 12. Água mineral 510 ml 30 Pacotes com 06 Litros de Refrigerante pet 2 l	300	Pessoas	R\$ -	R\$ -			
	11	Material Guardanapos							
	12	Bandeja							
	13	Fritadeiras							
		Copos de vidro bistrô							
		Todo Material de apoio.							
			5	Serviço	R\$ -	R\$ -			
			3	Serviço	R\$ -	R\$ -			
			2	Serviço	R\$ -	R\$ -			
		Total do serviço de decoração e buffet para 300 pessoas	1	Serviço	R\$ 29.862,00	R\$ 29.862,00			
							Valor Total	R\$ 29.862,00	

VALOR POR EXTENSO:

R\$

Contratação de empresa para prestação de serviços de buffet e decoração para a realização da Sessão Solene em comemoração ao aniversário de emancipação político-administrativa de Conceição de Macabu, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência

Espaço reservado a Empresa (carimbo e assinatura)

Câmara Municipal de Conceição de Macabu - CMM

EMPRESA:

CNPJ Nº:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

BAIRRO:

CEP:



**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA - FACULTATIVA**

Eu, .....(Representante Legal devidamente qualificado),  
da empresa ..... Inscrita no CNPJ nº  
....., portador(a) do CPF nº ....., declara, em atendimento ao  
previsto no Termo de Referência com vistas à Contratação de empresa para prestação de  
serviços de buffet e decoração para a realização da Sessão Solene em comemoração ao  
aniversário de emancipação político-administrativa de Conceição de Macabu.

**DECLARO**, para os devidos fins, que vistoriei p local onde serão executados os serviços,  
para efeito de conhecimento do objeto contratado, não sendo admitidas, em hipótese alguma,  
alegações de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

**DECLARO** também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados  
na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo  
de reclamação posterior por parte da empresa quanto aos valores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Técnico credenciado da Empresa.

\_\_\_\_\_  
Secretaria Geral da Câmara Municipal de Conceição de Macabu

(Responsável pelo acompanhamento visita técnica)

\* Declaração a ser emitida pelo fornecedor em papel que a identifique.

  
Mary Jeanny A. Calvallino  
Secretaria Geral  
Portaria 03/2023





**ANEXO IV**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA**

Eu, ..... (Representante Legal devidamente qualificado),  
da empresa ..... inscrita no CNPJ nº  
....., portador(a) do CPF nº ....., declara, em atendimento ao  
previsto no Termo de Referência com vistas à Contratação de empresa para prestação de  
serviços de buffet e decoração para a realização da Sessão Solene em comemoração ao  
aniversário de emancipação político-administrativa de Conceição de Macabu.

**DECLARO**, para os devidos fins, que **NÃO** vistoriei o local onde serão prestados os serviços,  
para efeito de conhecimento do objeto contratado, assumindo assim que **CONCORDO** com  
todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, e que, ainda  
assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude  
de minha omissão na verificação das condições do local.

**DECLARO** ainda que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com  
as exigências do Termo de Referência e seus anexos e assim assumimos o compromisso de  
honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório, sem quaisquer direito a  
reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às  
particularidades do objeto.

**DECLARO**, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado,  
utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo  
qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto aos valores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Técnico credenciado da Empresa.

\* Declaração a ser emitida pelo fornecedor em papel que a identifique. Preenchimento  
obrigatório se não for realizada a visita técnica.

*Manoel A. Carvalho*  
Secretaria Geral  
Portaria 03/2023